

GRUPO ESCOLAR AMÂNCIO PEREIRA: A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SÃO
MATEUS/ES NO SÉCULO XX

Resumo: Os Grupos Escolares foram instituições implantadas pelo Brasil no início do século XX. Representaram um avanço significativo na Instrução Pública de uma nação que almejava o progresso científico e tecnológico do país. Na cidade de São Mateus, norte do Espírito Santo, existiu uma única instituição nesses moldes: o Grupo Escolar Amâncio Pereira. Não há registros de pesquisas acerca dessa instituição. Os estudos sobre os Grupos Escolares contribuem para a construção de um olhar crítico e reflexivo sobre a realidade da educação brasileira hodierna. Nesse sentido, os pesquisadores propõem-se a investigar as atividades escolares, em particular a disciplina de Matemática, do Grupo Escolar Amâncio Pereira no período de 1946 a 1975. A pesquisa, em fase de conclusão, foi utilizada na escrita da monografia exigida como requisito parcial para aprovação no curso de Especialização na Educação Básica na área de Matemática, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Palavras-chave: Grupo escolar; educação brasileira; matemática; sistema educacional.

DELIMITAÇÃO DO TEMA E METODOLOGIA

Procuramos delimitar nossa pesquisa no processo ensino-aprendizagem da matemática no interior do Grupo Escolar, bem como, considerar outros fatores inerentes às práticas de ensino, tais como a relação professor-aluno e a grade curricular. Nesse sentido, buscamos esclarecer de que forma ocorreram as ações pedagógicas no interior do Grupo Escolar Amâncio Pereira e como essas ações influenciaram no desenvolvimento do município de São Mateus. Seguindo esse propósito, os principais objetivos foram analisar os documentos escolares dessa época; identificar qual era a situação econômica, política e cultural da sociedade mateense e destacar o contexto político-social do país que fomentou a extinção dos Grupos Escolares. Determinamos o espaço de tempo sendo 1946-1975, pelo fato de ser 1975 o ano oficial em que se encerraram as atividades no Grupo Escolar Amâncio Pereira, passando a denominação de Escola de Primeiro Grau¹. Como não foi encontrado o ano de criação dessa instituição, nosso trabalho admite como início o ano de 1946, pois são raros os registros de atividades anteriores ao referido ano. Os elementos que se apresentaram nas fontes, primárias e secundárias, serviram como embasamento na realização de uma pesquisa qualitativa, de cunho histórico-documental. Pois são questões merecedoras de interpretação e reflexão, sendo, muitas vezes, impossíveis de ser quantificadas. Para o desenvolvimento do

¹ Consta no Livro de “Atos Autorizativos de escolas pré-escolar e 1º grau estaduais/municipais/particulares”, de 1987, o Ato de aprovação da Escola de Primeiro Grau “Amâncio Pereira” conforme a resolução CEE nº 41/75 de 28 nov. de 1975

trabalho analítico, consideramos como fontes primárias (ou documentos “de primeira mão”), em nosso texto, os documentos utilizados por professores para acompanhamento diário dos alunos; a imprensa escrita local, mais precisamente o jornal *O São Matheus*; Termos de Visitas e Relatórios preenchidos pelos Inspectores Escolares², como também, fotografias. Os documentos mais antigos que encontramos foram os “Registros de Classe” (1946) preenchidos pelos professores, contendo a relação de alunos e sua frequência às aulas, que se apresentava como obrigatória. Em termos de imagens, a evidência mais antiga de funcionamento do Grupo Escolar, data de 20 de Maio de 1952.

Como fontes secundárias, utilizamos estudos acerca dos Grupos Escolares no Brasil e no Espírito Santo. Além disso, buscamos literaturas no sentido de compreender qual a realidade do Município de São Mateus na época de criação e implantação do Grupo Escolar Amâncio Pereira. Também, se fez necessário, o conhecimento da influência do Movimento da Matemática Moderna no processo ensino-aprendizagem dos Grupos Escolares.

A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: O SISTEMA EDUCACIONAL ANTES DOS GRUPOS ESCOLARES

Quando tivemos acesso às bibliografias referentes à educação em âmbito nacional nos últimos séculos, percebemos a necessidade da criação de um sistema educacional que garantisse o acesso à Educação. Portanto, para entendermos a história do Grupo Escolar Amâncio Pereira, tornou-se necessário conhecer a situação das escolas da época no Estado do Espírito Santo e que políticas norteavam o sistema educacional brasileiro.

A educação brasileira passou por variadas mudanças desde o período da colonização até os dias atuais. A história evidencia que os primeiros educadores foram os jesuítas, enviados para nosso país em 1549 pelo rei de Portugal para catequizar os que aqui viviam a fim de facilitar o processo da colonização portuguesa. Os jesuítas exerceram por muito tempo a função única de educadores na colônia. Não obstante, anterior a sua chegada, já havia uma educação informal entre os índios baseada na imitação dos adultos pelas crianças, por meio da qual eram transmitidos os valores da tribo. Coutinho (1993) destaca que os índios receberam dos jesuítas uma educação profissionalizante, aprendendo ofícios como a marcenaria, a carpintaria

² Auxiliares do Secretário de instrução encarregados da inspeção e fiscalização do ensino primário e da execução de quaisquer serviços relativos ao mesmo ensino (GOMES, 2008).

e a tecelagem. Por outro lado, os índios tiveram sua cultura e, conseqüentemente seu sistema educacional, destruídos. Os jesuítas disseminaram entre os índios a ideia do pecado e, portanto o conformismo em aceitar sua condição de submissão “imposta por Deus”.

O ensino brasileiro foi dominado, por mais de duzentos anos, predominantemente pelos padres da Companhia de Jesus (Congregação religiosa, cujos membros eram os jesuítas). Durante esse período as escolas seguiram a tradição clássico-humanista, em que havia pouco espaço para a Matemática sendo esta estudada apenas por aqueles que se dedicavam ao curso superior. Os jesuítas julgavam a matemática como sendo uma “ciência vã”, cujo conhecimento era considerado inútil (MIORIM, 1998).

Diante de situações que interferiram nos interesses políticos da coroa portuguesa sob a colônia brasileira, os jesuítas foram expulsos em 1759, pelo Marquês de Pombal³. Iniciaram-se então as chamadas reformas pombalinas cujo objetivo era “[...] criar a escola útil aos fins do Estado em substituição àquela que servia aos interesses eclesiásticos” (SAVIANI, 2008, p. 107). Os influxos das reformas pombalinas se estenderam de 1759 a 1834, primando pela estatização e secularização da estrutura educacional deixada pelos jesuítas. Nesse sentido, foram criadas em 1772, as chamadas “aulas régias”, uma proposta de ensino que não obteve êxito. Segundo Saviani (2008), as aulas régias funcionavam na casa dos professores. Ressaltamos a falta de planejamento das aulas e o despreparo dos professores.

Apesar da clara existência de lacunas na estrutura das aulas régias, foi a partir destas que as matemáticas⁴ tiveram um espaço maior no currículo escolar, ocorrendo a introdução de disciplinas como a Aritmética, a Álgebra e a Geometria. A frequência às aulas régias não era satisfatória, mormente as de matemática, que encontravam maior resistência e desinteresse por parte dos alunos (MIORIM 1998).

Durante o período em que predominavam as aulas régias existiam também os seminários e as escolas mantidas por ordens religiosas, que se multiplicaram por todo o país, reduzindo, gradativamente, as aulas avulsas. Apesar da tentativa de implantação de um novo sistema escolar, a educação no Brasil colônia era inacessível à grande parte da população, por se tratar

³ Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi primeiro ministro de Portugal no período de 1750 a 1777 (BARREIROS, 2011, p. 36).

⁴ A criação da disciplina Matemática ocorreu somente em 1929, sendo originária da fusão de três disciplinas autônomas: Aritmética, Álgebra e Geometria (VALENTE, 2006).

de um sistema exclusivista que não atendia as mulheres, os negros, os índios, os mestiços e os filhos primogênitos (BARREIROS, 2011).

Com a independência do Brasil, a educação pública continuou precária durante o governo imperial. De acordo com Saviani (2008), após a proclamação da Independência do Brasil em 1822, a primeira constituição do Império foi outorgada por Dom Pedro I no ano de 1824, a qual não especificava condições para o funcionamento da educação pública no Brasil, se limitando a afirmar que seria gratuita a todos os cidadãos. Em 1834, com a aprovação do Ato Adicional à Constituição do Império, o Governo Central transferiu a responsabilidade de cuidar das escolas primárias e secundárias⁵ das províncias para os governos provinciais, ficando o imperador responsável apenas pelas escolas da capital que se estabeleceram como modelo para as demais escolas. Assim, as províncias, principalmente as mais pobres, revelaram grande carência e situação precária no ensino público.

A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS GRUPOS ESCOLARES

Com a Proclamação da República, em 1889, a instrução popular foi mantida sob a responsabilidade dos estados, tornando-se uma das bandeiras de luta dos republicanos. Foi então, a partir de 1893 no estado de São Paulo que as escolas isoladas foram substituídas pelos chamados Grupos Escolares. De acordo com Pinto (2010) o curso primário, no Brasil, consolidou-se como consequência de uma reforma (1890 - 1896) da instrução pública paulista. A partir desta foram criados os Grupos Escolares de acordo com a Lei n. 169 de 7 de agosto de 1893, a qual estabelecia, dentre outras determinações, o funcionamento de várias escolas em um só prédio⁶.

No estado do Espírito Santo foram criadas escolas primárias e secundárias em meados do século XIX, no entanto, com muitos problemas e deficiências. A educação capixaba conseguiu alavancar no governo de Jerônimo Monteiro⁷, que em 1908 nomeou o professor paulista Carlos Alberto Gomes Cardim, considerado o iniciador de um movimento

⁵ O ensino primário corresponde atualmente ao ensino fundamental do 1º ao 5º ano. O ensino secundário corresponde atualmente ao ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

⁶ Lei n. 169, de 7/8/1893: Artigo 1º, §1º - Nos logares em que, em virtude da densidade da população, houver mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade, o Conselho poderá fazê-las funcionar em um só prédio, para esse fim construindo no ponto que for mais conveniente [mantidas as grafias da época].

⁷ Nasceu em 1870. Foi governador do ES no período de 1908 a 1912. Faleceu em 1933 (FERREIRA, 2000).

educacional no Espírito Santo, como secretário da Educação (COUTINHO, 1993). Com a sua chegada, a educação foi reestruturada: o número de escolas primárias quase dobrou, ele modificou os edifícios, os programas de “treinamento” de professores, metodologias de ensino, disciplinar escolar, eliminou a palmatória, entre outras medidas.

O primeiro Grupo Escolar do Espírito Santo foi criado na capital do Estado (Vitória) em 1908 e recebeu no nome do secretário de Educação Gomes Cardim. Era dividido em seções masculinas e femininas. A partir de 1909 novos Grupos Escolares começaram a ser construídos nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Santa Leopoldina. Embora tivessem dado início às edificações, em 1920, só havia dois Grupos Escolares no Espírito Santo, a saber, o Grupo Escolar Gomes Cardim em Vitória, e Bernadino Monteiro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Embora a ideia dos Grupos Escolares se apresentasse como símbolo de progresso, o Estado do Espírito Santo alegava não possuir um orçamento que permitisse tais construções. Com falta de verba suficiente, as escolas isoladas acabaram por se tornar a melhor alternativa para a população do interior. Enquanto aumentava o número de Grupos Escolares pelos centros urbanos, o Espírito Santo concentrava em seu território uma população tipicamente rural, representando 79,2% dos seus habitantes em 1950.

Dentre as mudanças trazidas pelos Grupos Escolares, podemos ressaltar a distribuição dos alunos nas turmas de acordo com seu grau de conhecimento medido através de exames, ou seja, cria-se o sistema de seriação. Cada grupo escolar comportaria de quatro a dez escolas isoladas. Os alunos seriam distribuídos em quatro classes para cada sexo (1º, 2º, 3º e 4º anos). Para ocupar o cargo da direção o governo nomearia um professor da mesma escola (SOUZA, 2006a). Os Grupos Escolares eram um fenômeno tipicamente urbano, erguidos em praças ou nas ruas centrais da cidade, destacando-se entre os mais vistosos prédios públicos (SAVIANI, 2006).

Nas primeiras décadas do século XIX em São Mateus, o sistema educacional ainda baseava-se em Escolas Isoladas. O número dessas unidades escolares no município chegou a 20 no ano de 1920. Foi somente por volta da década de 1930 que foi instalado, em São Mateus, o Grupo Escolar (NARDOTO e OLIVEIRA, 2001). O prédio foi construído na atual Avenida Jones dos Santos Neves, no centro da cidade, e funciona atualmente com atividades relacionadas à Secretaria Educação do Estado do Espírito Santo.

Comunicação Oral
Ana Cláudia Pezzin – anaclaudiapezzin@hotmail.com
Moysés Gonçalves Siqueira Filho – moysessiqueira@uol.com.br
Universidade Federal do Espírito Santo

A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM SÃO MATEUS: O GRUPO ESCOLAR AMÂNCIO PEREIRA

Construído no início do século XX, esta instituição de ensino recebeu o nome de *Grupo Escolar Amâncio Pereira*, por sugestão de seu primeiro diretor, o professor Agenor de Souza Lé (NARDOTO e OLIVEIRA, 2001). Posterior à criação do Grupo Escolar Amâncio Pereira em São Mateus, um novo prédio foi erguido como anexo a ele. Atualmente, no primeiro prédio construído encontra-se em funcionamento a Superintendência Regional de Ensino de São Mateus. A Escola Estadual de Ensino Médio Ceciliano Abel de Almeida funciona no segundo prédio, construído na década de 1940.



Grupo Escolar Amâncio Pereira (1952).

Fonte: Seção Fotográfica (1944-1971)/Arquivo Público Estadual do Espírito Santo



Grupo Escolar Amâncio Pereira (prédio anexo).

Fonte: Nardoto e Oliveira (2001)

Buscando entender a razão pela qual o Grupo Escolar de São Mateus foi denominado Amâncio Pereira, constatamos que se trata de um ilustre cidadão capixaba. Se destacando como dramaturgo, professor, historiador, jornalista e escritor.

Diante da análise de documentos, podemos remontar a história do Grupo Escolar Amâncio Pereira. Eventos ou decisões relativas às atividades do Grupo Escolar eram frequentemente noticiados no jornal de circulação da cidade, aparentemente o único meio de comunicação de acesso aos habitantes da cidade. Eram publicados a abertura da matrícula⁸, festas escolares, encerramento do ano letivo, a criação do caixa escolar, a visita de inspetores escolares, entre outros. A ideia do Grupo Escolar e sua concretização foi um marco importante na história da Educação do Espírito Santo e de todo o país. A certeza de uma educação de qualidade e acessível foi difundida no cerne da sociedade da época. Para garantir ser esse um sistema realmente revolucionário e que estava dando resultados, notas eram publicadas nos jornais, afim de que todos fossem convencidos da eficiência do novo sistema de ensino.

Dentre os documentos encontrados na Superintendência Regional de Educação no Município de São Mateus (SRE), existe um denominado “Livro de Protocolo”, onde se encontram

⁸ Ressaltamos a obrigatoriedade da matrícula e frequência dos alunos, sendo considerado um crime, caso os pais não assumissem esse compromisso.

registros das ações tomadas no âmbito escolar, contendo informações a respeito da postura de professores, materiais didáticos e infraestrutura, comemorações e manifestações cívicas, dentre outras. Por meio desses registros, podemos constatar a carência existente em relação à materiais didáticos, ao número de professores e espaço físico insuficiente. Em 1957, há registros da criação e funcionamento do *Curso de Alfabetização de adultos*, muito provavelmente fora das dependências do prédio do Amâncio Pereira, porém vinculado a este. De acordo com Haddad e Di Pierro (2000, p. 110) “foi somente no final da década de 1940 que a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional [...]”, embora algumas medidas já tivessem sido tomadas anteriormente como, por exemplo, a inclusão do ensino primário para adultos na Constituição de 1934.

A administração do Grupo Escolar Amâncio Pereira oferecia aos pais um documento de acompanhamento dos alunos de acordo com as atividades escolares, denominado “Boletim de informações”, o qual era preenchido com dados pessoais e notas dos alunos. De acordo com o documento, os alunos eram avaliados quantitativamente a fim de atender aos seguintes itens: nota mensal, nota de exames, atitude, cooperação, comparecimentos, faltas. Há algumas recomendações prescritas no *Boletim de informações*, destinadas aos pais e aos alunos, tais como a importância do acompanhamento dos responsáveis à vida escolar do aluno e o dever da participação nas atividades escolares: “É obrigatório o comparecimento do aluno às aulas de Educação Física e às comemorações cívicas.” O documento caracteriza o bom aluno como aquele que “[...] participa com alegria e entusiasmo de todas as atividades do estabelecimento”.

Noutros documentos mais modernos, denominados Diários de Classe (década de 1970), o professor deve preencher o conteúdo trabalho em sala de aula, em um espaço intitulado “Matéria Lecionada - resumo”. Por meio desses documentos podemos verificar alguns conteúdos matemáticos estudados.

A IMPLANTAÇÃO DA MATEMÁTICA MODERNA NOS GRUPOS ESCOLARES

Até o final da década de 1950, no ensino de matemática no Brasil, a aprendizagem era centrada no professor e no seu papel de transmissor e expositor de conteúdos. O aluno mantinha um comportamento passivo, cujo aprendizado consistia na memorização e na

reprodução precisa dos procedimentos ditados pelo professor ou pelo livro (FIORENTINI, 1995). Tal currículo tradicional vinha recebendo várias críticas relativas ao processo de memorização, que era adotado em detrimento da compreensão de determinado conteúdo matemático. Além disso, o mais grave defeito percebido no currículo tradicional era a falta de motivação, visto que poucos estudantes se sentiam atraídos pela matemática escolar. Diante de tais considerações, exigia-se uma reforma no ensino de matemática (KLINE, 1976).

Em busca de se alcançar progresso tecnológico e científico, vários países aderiram ao chamado Movimento da Matemática Moderna, iniciado por volta dos anos 1960. Segundo Valente e Matos (2010, p. 1), “[...] Trata-se de um Movimento procurando renovar fundamentalmente o ensino da Matemática. Um traço marcante é a preocupação com uma mudança de conteúdos [...] que estariam na base de todo conhecimento matemático [...]”.

Com intensa crítica sobre os processos de memorização do currículo tradicional, os líderes da Matemática Moderna defendiam-lhe uma abordagem dedutiva e rigorosa. No entanto, essa proposta de ensino parecia priorizar a formação de um especialista matemático em detrimento da formação do cidadão em si (FIORENTINI, 1995).

De acordo com Pinto (2010, p. 9), “uma das principais iniciativas do Movimento da Matemática Moderna no Brasil foi reconfigurar o programa de Matemática do curso ginásial [...]”, posteriormente passou a intervir no currículo do ensino primário. No período em que a Matemática Moderna foi disseminada no país, ocorreram mudanças nas questões matemáticas dos exames admissionais⁹, tais como o acréscimo de questões, cujas resoluções consistiam em cálculos descontextualizados. O que implica em mudanças no ensino de Matemática dos Grupos Escolares do país, visto que estas instituições ofertavam o ensino primário que preparavam os estudantes para os exames de admissão.

O Movimento teve seus princípios questionados quando se tornou perceptível que a proposta de ensino estava fora do alcance dos alunos da época. A partir de então novas reformas surgiram no sentido de facilitar o processo ensino-aprendizagem nas escolas, como a que ocorreu por volta dos anos 1980: uma nova proposta de ensino de matemática com ênfase na resolução de problemas e na participação ativa do aluno.

⁹ Exames de seleção aplicados aos alunos que concluíam o ensino primário e desejavam ingressar no ensino secundário.

A EXTINÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

Os grupos escolares foram extintos em 1971, em virtude da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 a qual “Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus [...]”. Os principais fatores que contribuíram para a criação da escola de 1º e 2º graus foram a necessidade de se ampliar a duração do ensino primário e a permanência da criança na escola garantindo a continuidade escolar, ou seja, a eliminação dos exames admissionais. Dessa forma o ensino de 1º grau passou a integrar o ensino primário e o ginásio em um único curso composto de oito anos. No entanto a ideia da integração do ensino não obteve êxito

Nos anos de 1980 o fracasso do ensino de 1º grau foi denunciado, tendo em vista os altos índices de evasão e repetência que se verificavam 1ª, 2ª e 5ª séries e também pela evidente desintegração entre a 1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries. *Todas as medidas introduzidas visando à implantação da escola integrada de oito anos de duração não puderam dirimir, nas últimas três décadas, as profundas diferenças entre primário e ginásio construídas historicamente* (SOUZA, 2006b, p. 154, grifo nosso).

Posteriormente, com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, as escolas de 1º e 2º grau passaram a denominação de Ensino Fundamental e Médio. A partir de então, segundo Souza (2006b, p. 155) houve o desmembramento do ensino fundamental em espaços físicos distintos, isto é, uma escola para o ensino da 1ª a 4ª série e outra para 5ª a 8ª série. Nesse contexto, tiveram início as ações de municipalização do ensino.

Recentemente, a educação brasileira passou por mais uma mudança. De acordo com a Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006¹⁰, o ensino fundamental foi ampliado para nove anos de duração e a matrícula tornou-se obrigatória a partir dos seis anos de idade (completos ou a completar até o início do ano letivo). A partir de então, o ensino fundamental sofre um acréscimo de um ano no começo dos anos iniciais e é estruturado da seguinte maneira:

- Anos iniciais - 5 anos de duração - de 6 a 10 anos de idade;
- Anos finais - 4 anos de duração - de 11 a 14 anos de idade.

¹⁰ Altera a redação de alguns artigos da Lei nº 9.394 de 26 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O prazo para que todos os sistemas de ensino implantassem o ensino fundamental de nove anos, foi o início do ano letivo de 2010.

Segundo a Secretaria de Educação Básica, com essa ampliação é possível melhorar a qualidade da educação e permitir que as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Dentre os municípios capixabas, São Mateus foi um dos primeiros a ser colonizado pelos imigrantes, portanto possui muitos anos de história. Também foi uma das primeiras cidades capixabas a receber as instalações de um Grupo Escolar. O Grupo Escolar Amâncio Pereira localizava-se no centro da cidade. Em geral, no Brasil, os Grupos Escolares eram implantados nas ruas principais das cidades, pois eram um fenômeno urbano. Este fator se contrapõe à realidade da época, visto que no século XX, o Espírito Santo possuía uma população tipicamente rural. Dessa forma, apesar da promessa de modernização com o Grupo Escolar, muitas escolas isoladas prevaleceram em São Mateus. Outro fator que possivelmente contribuiu para essa situação foi a grande extensão territorial da cidade de São Mateus, considerando que não havia transporte escolar, e isto dificultava o acesso dos estudantes, das áreas afastadas do centro da cidade, ao Grupo Escolar. Em um contexto mais amplo, foi possível perceber uma realidade educacional em São Mateus em meados do século XX que dificultavam o processo ensino-aprendizagem na região.

Em 1975, o Grupo Escolar Amâncio Pereira é substituído pela Escola de 1º Grau Amâncio Pereira que, em 1999 passa a ser Escola Estadual de Ensino Médio Ceciliano Abel de Almeida. Atualmente, a escola atende alunos de São Mateus e mantém suas atividades no mesmo prédio onde funcionava o Grupo Escolar. Podemos perceber, nos dias atuais, muitas práticas pedagógicas herdadas dos Grupos Escolares. Quando buscamos entender o processo construtivo do nosso sistema educacional, a história nos mostra que este não é uma estrutura pronta e acabada, pelo contrário, as mudanças são necessárias e imprescindíveis. E somos nós, como cidadãos, agentes ativos na construção e aperfeiçoamento desse sistema.

REFERÊNCIAS

Comunicação Oral
Ana Cláudia Pezzin – anaclaudiapezzin@hotmail.com
Moysés Gonçalves Siqueira Filho – moysessiqueira@uol.com.br
Universidade Federal do Espírito Santo

BARREIROS, Manoel Francisco. **O ensino de geometria nos grupos escolares do estado de São Paulo (1890 a 1930)**. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 ago. 1893. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br>>. Acesso em 13 jan. 2012.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática/5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: passo a passo do processo de implantação**. 2 ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

COUTINHO, José Maria. **Uma História da Educação no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura/ Secretaria de produção e Divisão Cultural UFES, 1993.

FERREIRA, Lovatti Viviane. A História dos Grupos Escolares no Espírito Santo. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/164_viviane.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2011

FIORENTINI, Dario. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da Matemática no Brasil**. In Zetetiké, CEMPEM/F. E. UNICAMP, Ano 3 - número 4, 1995, p.1-37

GOMES, Sílvia Cunha. **A Alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938**. 2008. 209f. Dissertação (Mestrado em educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. nº 14, maio/jun/jul/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 17 abr. 2012.

KLINE, Morris. **O fracasso da matemática moderna**. Tradução de Leonidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: IBRASA, 1976.

Comunicação Oral
Ana Cláudia Pezzin – anaclaudiapezzin@hotmail.com
Moysés Gonçalves Siqueira Filho – moysessiqueira@uol.com.br
Universidade Federal do Espírito Santo

MATOS, José Manuel; VALENTE, Wagner Rodrigues. Estudos comparativos sobre a reforma da Matemática Moderna. In: _____. **A reforma da Matemática Moderna em contextos ibero-americanos**. Portugal: [s.n.], 2010. p. 1-8.

MIORIM, Maria Ângela. **Introdução à história da educação matemática**. São Paulo: Atual, 1998.

NARDOTO, Eliezer Ortolani; OLIVEIRA, Herinéa Lima. **História de São Mateus**. 2 ed. São Mateus: Atlântica, 2001

PINTO, Neuza Bertoni. O impacto da Matemática Moderna na cultura da escola primária brasileira. In: MATOS, José Manuel; VALENTE, Wagner Rodrigues (Ed.). **A reforma da Matemática Moderna em contextos ibero-americanos**. Portugal: [s.n.], 2010. p. 9-40.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In SAVIANI, Demerval [et al.]. **O legado educacional do século XIX**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006a. p. 33-84

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Demerval [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006b. p. 109-161

VALENTE, Wagner Rodrigues. A criação da disciplina escolar Matemática no Brasil e seu primeiro livro didático. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 43, p. 173-187, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os Grupos Escolares em foco. In: _____. **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 7-20.